

## **SECRETÁRIO REGIONAL ADJUNTO DA PRESIDÊNCIA**

### **Contrato ARAAL n.º 15/2004 de 12 de Outubro de 2004**

Entre a Presidência do Governo Regional, representada pela Secretária Regional Adjunta da Presidência Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa, adiante designada por SRAP, a Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, adiante designada por SRHE, representada pelo seu Secretário Regional José António Vieira da Silva Contente, e a Câmara Municipal da Calheta, adiante designada por CMC, representada pelo seu Presidente Duarte Manuel Bettencourt da Silveira, é celebrado, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º e n.os 1 e 2 do artigo 22.º, ambos do Decreto Legislativo Regional nº 32/2002/A, de 8 de Agosto, um contrato ARAAL de coordenação, que se rege pelas seguintes cláusulas:

#### **Cláusula 1.ª**

##### **Objecto do contrato**

1- O presente contrato tem por objecto a concretização do processo de coordenação técnico-financeira entre as partes contratantes relativo à recuperação da zona de acesso às Fajãs dos Cubres e da Caldeira de Santo Cristo, concelho da Calheta.

2- A participação financeira da SRHE no presente contrato verifica-se no âmbito das suas competências em matéria de ordenamento do território.

#### **Cláusula 2.ª**

##### **Prazo de execução da obra**

O prazo previsto para a execução dos trabalhos objecto do presente contrato é de cinco meses, a terminar em Agosto de 2004.

#### **Cláusula 3.ª**

##### **Financiamento**

1 - O valor total do investimento é de € 474 635,20 (quatrocentos e setenta e quatro mil, seiscentos e trinta e cinco euros e vinte cêntimos).

2 - A responsabilidade financeira da SRHE é de € 71 195,28 (setenta e um mil, cento e noventa e cinco euros e vinte e oito cêntimos), cabendo à CMC suportar a parte restante.

3 - A participação financeira a que se refere o número anterior será efectuada de acordo com a seguinte calendarização:

Em 2004 — € 35 597,64 (Trinta e cinco mil, quinhentos e noventa e sete euros e sessenta e quatro cêntimos);

Em 2005 — € 35 597,64 (Trinta e cinco mil, quinhentos e noventa e sete euros e sessenta e quatro cêntimos).

4 - Os encargos respeitantes à comparticipação financeira referida no número anterior serão suportados pela seguinte rubrica orçamental: Programa 11, Projecto 02, classificação económica 08.05.02 Y.

#### **Cláusula 4.ª**

##### **Competências das partes contratantes**

1- Compete à SRHE:

a) Emitir parecer sobre estudos e projectos referentes ao empreendimento objecto do presente contrato;

b) Acompanhar e fiscalizar a execução das obras por parte da CMC, bem como elaborar relatórios que descrevam a situação física e financeira das mesmas;

- c) Prestar o apoio técnico que lhe for solicitado pela CMC, até à recepção definitiva das obras, bem como colaborar na fiscalização das mesmas;
- d) Garantir o financiamento do empreendimento nos montantes estabelecidos na cláusula 3.<sup>a</sup>, bem como conferir os respectivos autos de medição e documentos justificativos de despesa;
- e) Zelar pelo cumprimento integral dos estudos e projectos aprovados, notificando a CMC quando detecte que tal não está a acontecer;

## 2 - Compete à CMC:

- a) Lançar o concurso e adjudicar a obra a executar por empreitada;
- b) Executar as obras em conformidade com o caderno de encargos, e respectivos projectos;
- c) Fiscalizar a execução do contrato de empreitada das obras, quando o entenda necessário;
- d) Satisfazer os pagamentos regulares ao empreiteiro, tendo presente os autos de medição dos trabalhos já executados;
- e) Assegurar o financiamento do custo do empreendimento na parte que lhe é destinada, de acordo com o estabelecido no n.º 2 da cláusula 3.<sup>a</sup>;
- f) Apresentar à SRHE os autos de medição justificativos da execução física e financeira da obra;
- g) Elaborar a conta final e proceder à recepção provisória e definitiva da obra, bem como remeter à SRHE um relatório final de execução do empreendimento;
- h) Fornecer à SRHE todos os elementos necessários à elaboração dos relatórios referidos na alínea b) do número anterior;
- i) Assegurar a publicitação da participação financeira do Governo Regional, nos termos da regulamentação aplicável;

## 3 - Compete à SRAP:

- a) Emitir orientações vinculativas sobre a forma como deve estar organizado, junto da CMC, o processo relativo ao empreendimento a que se refere o presente contrato;
- b) Promover a fiscalização da organização do processo referido na alínea anterior;
- c) Zelar pelo cumprimento do presente contrato e pela boa articulação entre as entidades intervenientes, bem como verificar as respectivas participações financeiras, com vista à detecção de situações de excesso ou de sobreposição da participação da SRHE, a que se refere a cláusula 6.<sup>a</sup>.

### Cláusula 5.<sup>a</sup>

#### **Estrutura de acompanhamento e controlo**

1- O acompanhamento e controlo da execução do empreendimento é da responsabilidade da SRHE, assegurando, com a SRAP a articulação que se mostre conveniente, designadamente para efeitos de inspecção da organização do processo correspondente junto da CMC.

### Cláusula 6.<sup>a</sup>

#### **Sobreposição de financiamento**

Caso seja detectado, relativamente às obras abrangidas pelo presente contrato, excesso ou sobreposição do financiamento da responsabilidade da SRHE, tendo em conta o valor final das mesmas e eventuais participações provenientes de outras entidades, ficará a CMC obrigada a restituir os montantes transferidos em excesso, acrescidos dos juros legais devidos, podendo a SRHE solicitar à SRAP a resolução do contrato, se se tiver verificado conduta dolosa por parte da CMC.

Cláusula 7.<sup>a</sup>

**Resolução do contrato**

1 - O empreendimento objecto do presente contrato deverá ficar concluído no prazo de cinco meses — Agosto de 2004 —, sob pena de poder ocorrer a resolução do mesmo, ficando a CMC obrigada a restituir o montante da participação da SRHE processado e até àquela data não comprovado.

2 - O disposto no número anterior não impede a suspensão da contagem do prazo aí previsto, desde que por motivo não imputável à CMC e mediante pedido desta, devidamente justificado, dirigido ao Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

3 - Caso se verifique da parte da SRHE um atraso superior a 60 dias na transferência dos montantes já comprovados por autos de medição, contados a partir da recepção destes, poderá a CMC exigir os correspondentes juros, à taxa de mercado, bem como proceder à resolução do presente contrato.

Cláusula 8.<sup>a</sup>

**Relatório de síntese**

A SRHE elaborará relatórios anuais e finais de síntese, a remeter aos competentes serviços dependentes do SRAP.

24 de Setembro de 2004. - A Secretária Regional Adjunta da Presidência, *Claúdia Alexandra Coelho Cardoso de Meneses Costa*. - O Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, *José António Vieira da Silva Contente*. - O Presidente da Câmara Municipal da Calheta, *Duarte Manuel Bettencourt da Silveira*.